

GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA

Estudo Técnico Preliminar 65/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 67532.003832/2025-15

2. Objeto

2.1. Para a aquisição do objeto da futura licitação será proposto, a título de objeto do pregão, a Aquisição de equipamentos industriais e utensílios de cozinha e refeitório.

2.2. A Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022, dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

2.3. O inciso I do Art. 3º da referida instrução define estudos técnicos preliminares como o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

2.3.1. Da leitura do dispositivo, é possível abstrair que, além de se servir a outros objetivos, os estudos técnicos preliminares devem descrever as alternativas possíveis para suprir determinada necessidade da administração, de modo a propiciar a escolha da melhor ou mais adequada solução.

2.3.2. A esse respeito, veja-se o que prescreve o caput do Art. 6º da referida instrução normativa: o ETP deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

2.4. Nesse sentido, constitui objeto deste Estudos Técnicos Preliminar deixar registradas as alternativas possíveis para a Aquisição de equipamentos industriais e utensílios de cozinha e refeitório.

3. Descrição da necessidade

3.1. A presente aquisição se faz necessária pelas razões abaixo descritas:

3.1.1. GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA (GAP-LS): O Grupamento de Apoio de Lagoa Santa, como uma unidade do comando da Aeronáutica estrategicamente localizada na cidade de Lagoa Santa, desempenha um papel fundamental na sustentação das operações e atividades da Força Aérea Brasileira. Dentro da extensa gama de serviços de apoio oferecidos pelo GAP-LS, destaca-se a missão crucial de garantir o fornecimento adequado de alimentação para um efetivo de aproximadamente 2.000 servidores, entre militares e civis, assegurando o fornecimento da alimentação, como direito, conforme alínea g, Inciso IV do art.50 da Lei 6.880/80 (Estatuto dos Militares).

Conforme determina a legislação, é uma prerrogativa do GAP-LS, como parte integrante da Guarnição da Aeronáutica de Lagoa Santa, providenciar a alimentação necessária para todos os militares alocados tanto no próprio Grupamento quanto nas unidades apoiadas, que incluem o Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), o Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa (PAMA-LS), a Prefeitura de Aeronáutica de Lagoa Santa (PALS), o Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Lagoa Santa (DTCEA-LS) e o Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Confinos (DTCEA-CF).

A fim de garantir a qualidade e adequação das refeições oferecidas, o GAP-LS adota uma abordagem embasada em normas e regulamentações estabelecidas. Para o planejamento das refeições, são elaboradas propostas de cardápios semanais, que levam em consideração um balanceamento nutricional específico, indispensável às atividades que os militares desempenham no ambiente de caserna. Esta abordagem é fortemente fundamentada na NSCA 145-1 (NORMAS DO SERVIÇO DE SUBSISTÊNCIA), Seção 4, letra "e", itens 1 a 9, que delineiam as considerações necessárias para a elaboração dos cardápios. Esses fatores incluem:

- 1-Princípios nutritivos adotados pelas Forças Armadas para a alimentação do pessoal.
- 2-Exigências nutritivas específicas da tropa.
- 3-Condições climáticas características do local.
- 4-Natureza das atividades realizadas pelos indivíduos alimentados.
- 5-Preferências e hábitos alimentares da equipe.
- 6-Evitar monotonia alimentar, garantindo variedade.
- 7-Alocação de recursos financeiros e materiais disponíveis.
- 8-Qualificação da mão de obra responsável pela preparação das refeições.
- 9-Faixa etária e necessidades específicas do pessoal alimentado.

Neste contexto, a aquisição de materiais permanentes de equipamentos de cozinha é de extrema importância. Esses materiais são essenciais para viabilizar o preparo e a cocção dos alimentos necessários para o fornecimento das refeições diárias, tanto para os militares quanto para os servidores civis da GUARNAE-LS. Através dessa aquisição, o GAP-LS visa atender às necessidades nutricionais e garantir a qualidade e variedade das refeições, contribuindo para o bem-estar, saúde e eficiência de sua equipe, enquanto mantém o compromisso com os princípios e regulamentações que regem a alimentação nas Forças Armadas.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA	LUCIANA DO AMARAL CORREA CEL INT

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 5.1. A Lei 14.133/2021, em seu art. 67, dispõe sobre o tipo de documentação relativa à qualificação técnica que pode ser exigida, a fim de não serem impostas exigências desnecessárias ou excessivas, garantindo, ao mesmo tempo, a isonomia dos participantes, bem como que o vencedor do certame tenha condições técnicas de atender ao contrato.
- 5.2. A empresa interessada deverá apresentar pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por empresa jurídica de direito público ou privado, que comprove o desempenho da atividade de fornecimento do objeto da futura licitação.
- 5.3. O mencionado atestado deverá conter as seguintes informações: nome da empresa, endereço, nome do profissional responsável, telefone para contato e descrição dos serviços realizados.
- 5.4. A aquisição será realizada por meio de Ata de Registro de Preços (ARP), conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. A seleção da proposta mais vantajosa será realizada mediante competição, considerando os requisitos técnicos e legais necessários para a aceitação e execução do objeto, buscando a satisfação plena do interesse público e a ampla participação de fornecedores. Os itens a serem adquiridos possuem características específicas de qualidade e desempenho, a serem atendidas integralmente para garantir a funcionalidade e a adequação dos materiais às suas finalidades. A contratação está subdividida por itens, e para cada um, foram definidos requisitos que devem ser cumpridos pelas propostas. A Administração se compromete a evitar a inclusão de requisitos desnecessários, mantendo as exigências em nível que permita a maior possibilidade de competição. Os requisitos são elaborados de forma específica, objetiva e compatível com o objeto da contratação como um todo, considerando as diferenças entre os diversos itens.
- 5.5. Conforme previsto na 7ª edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, para os itens nº: 1-9, 11-31, 36, 37, 39-52, 54-61, 63-77, 79-89 cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.
- 5.5.1. As Fichas Técnicas de Enquadramento que serão utilizadas são: Código 2-2 (itens: 13, 31, 34, 45, 49, 54 57, 58, 59, 62, 64, 65, 68, 69, 70, Código 3-10 (itens: 1, 2, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 56, 71, 72, 74, Código 4-1 (item 88), Código 5-3 (itens: 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89), Código 7-4 (item 7), Código 12-2 (itens 3, 4, 9, 17, 21, 26, 37, 40, 41, 51, 53, 55, 60, 61, 63, 66, 67, 73, 75, 76, 77, 78, Código 15-1 (item 52).

5.6 A aquisição dos materiais e equipamentos listados exigirá a comprovação de atendimento às normas técnicas e regulamentares específicas para cada tipo de produto, garantindo a segurança, a qualidade e a conformidade legal para o uso profissional em ambiente de alimentação. Os seguintes itens deverão atender a requisitos normativos específicos, devendo a empresa contratada comprovar a devida regularização:

5.6.1. Os itens 79 (Fatiador de Frios), 80 (Extrator de Suco Industrial Automático), 81 (Fatiadora de Carne), 82 (Moedor de Carne Industrial), 83 (Processador de Alimentos Automático), 84 (Liquidificador Industrial Basculante), 85 (Mixer Industrial), 86 (Descascador de Legumes Industrial), 87 (Ralador de Frios Automático) e 89 (Centrífuga Industrial) deverão:

- Possuir certificação de conformidade com as normas brasileiras de segurança elétrica e desempenho, atestada por meio do Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO, conforme as Portarias aplicáveis para equipamentos elétricos.
- O fornecedor deverá garantir que os equipamentos atendem aos requisitos de segurança estabelecidos na Norma Regulamentadora NR-12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos), no que tange ao seu projeto e fabricação, incluindo dispositivos de segurança, proteções e comandos de emergência.

5.7. O Item 46 (Painel de Pressão) deverá possuir certificação compulsória do INMETRO para painéis de pressão, atestando sua segurança e desempenho, conforme regulamentação específica vigente.

5.8. Caso o fabricante não esteja obrigado a esse registro por força de legislação específica, deverá ser apresentada uma declaração comprobatória ou documento equivalente, sob as penas da lei.

6. Levantamento de Mercado

6.1 Foram consideradas diferentes fontes dentro do painel de preços que é um site governamental e, na internet, a fim de ser detectada contratação similar feita por órgãos e entidades, com o objetivo de identificar a existência de novas tecnologias, metodologias e inovações que melhor atendam as necessidades da Administração.

6.2 A aquisição direta também foi considerada, entretanto, sem a realização de um amplo levantamento de mercado, esta opção pode levar a preços mais elevados e à ausência de competição, comprometendo a economicidade da contratação.

6.3 Esta equipe de planejamento não encontrou outras tendências, inovações ou metodologias que poderiam alterar o tipo de solução a contratar, justamente por ser uma aquisição comum para uma demanda básica.

6.4 Assim, para o atendimento da demanda em questão, a solução mais adequada e viável é a aquisição por meio de Ata de Registro de Preços, na qual serão adquiridos exclusivamente os bens necessários para suprir as reais necessidades da Sessão de Subsistência, em conformidade com o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, resultando em economia de recursos financeiros.

6.5 A aquisição via Ata de Registro de Preços otimiza os processos de aquisição, garantindo o fornecimento contínuo de materiais com preços competitivos e flexibilidade para atender às demandas variáveis, assegurando a eficiência das operações e o cumprimento da missão institucional.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 A Administração decidiu realizar a Aquisição de equipamentos industriais e utensílios de cozinha e refeitório por meio de pregão eletrônico SRP, do tipo menor preço, conforme estabelecido no artigo 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023. O objetivo é atender às necessidades da Seção de Subsistência (SSUB) do Grupamento de Apoio de Lagoa Santa (GAP-LS) e das demais Organizações Militares Apoiadas.

7.2 Após a análise das diversas alternativas de aquisição, concluiu-se que a Ata de Registro de Preços (ARP) é a solução mais adequada e eficiente.

7.3 A escolha pela ARP justifica-se pela otimização de recursos e pela flexibilidade que ela oferece. A ARP possibilita a aquisição dos materiais ao longo de um período determinado, com preços previamente negociados e competitivos, garantindo fornecimento contínuo e permitindo ajustes nas quantidades conforme as necessidades reais da GUARNAE-LS, sem a necessidade de novas licitações. Além disso, sua vigência será de 12 meses, com possibilidade de prorrogação por igual período — desde que a Administração comprove a continuidade da vantagem — e sem mudança nos valores contratados, conforme disciplina o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. A metodologia utilizada para definição dos quantitativos de cada item objeto dessa contratação encontra-se detalhada no item 4, "Metodologia utilizada para estimar a quantidade", do Documento de Oficialização de Demanda.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 564.797,19

9.1. A estimativa de valor para a presente contratação, foi estabelecida com rigor e atenção à realidade do mercado. Houve um cuidado primordial em filtrar e validar cada dado coletado, descartando preços que pudessem ser considerados inexequíveis ou, inversamente, excessivamente inflacionados. Tal diligência assegura que o valor referencial espelhe com fidedignidade as condições mercadológicas, promovendo a justa competição e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, alinhada aos princípios de economicidade e eficiência que norteiam a missão da SSUB.

9.2. Em estrita observância às diretrizes emanadas da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, que rege a pesquisa de preços no âmbito da Administração Pública Federal, o levantamento mercadológico foi conduzido de forma metódica. O processo considerou diversos fatores críticos, como a robustez da amostra de preços para cada item, a dispersão estatística dos valores encontrados em relação à sua média e a confiabilidade das fontes e ferramentas de pesquisa empregadas, garantindo uma análise completa e fundamentada.

9.3. A análise da consistência dos dados de preços coletados foi aprimorada pela aplicação do Coeficiente de Variação (CV), um indicador estatístico reconhecido por mensurar a homogeneidade de uma amostra. Calculado como a razão entre o desvio padrão e a média, um CV reduzido atesta a baixa dispersão dos valores, ou seja, maior homogeneidade. Atingindo resultados consistentemente abaixo de 25% para a totalidade dos itens que compõem a presente contratação, conforme amplamente aceito na literatura estatística, a pesquisa de mercado demonstrou a robustez e a confiabilidade dos preços que balizam esta estimativa, corroborando a aderência dos valores apurados à realidade mercadológica.

9.4. A metodologia de pesquisa de preços priorizou as fontes indicadas nos incisos I e II do Art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021. Dessa forma, empregou-se, preferencialmente, o levantamento de contratações similares realizadas pela própria Administração Pública nos últimos doze meses. Essa abordagem, em conformidade com o § 1º do referido artigo, confere elevada fidedignidade aos valores estimados, pois se baseia em transações concretizadas no ambiente público, refletindo as condições de mercado já validadas e contribuindo para a sustentabilidade e transparência do processo.

9.5. Subsequentemente à coleta de dados, procedeu-se a uma rigorosa análise crítica de todos os valores levantados, com o objetivo de identificar e expurgar quaisquer inconsistências, seja por preços manifestamente inexequíveis ou por cotações excessivamente discrepantes da realidade mercadológica. Essa etapa, crucial para a acurácia da estimativa, foi robustecida pela utilização do Coeficiente de Variação, que serviu como um parâmetro auxiliar fundamental na validação da consistência e na eliminação de outliers, assegurando que o valor estimado reflita a atualidade e a efetiva condição de mercado.

9.6. A pesquisa baseou-se em dados históricos consolidados, disponíveis em bases de dados oficiais e praticados no mercado, com a devida observação das especificidades de cada item, incluindo unidades de fornecimento, materiais e características técnicas do objeto. Esta conformidade com o Art. 6º da IN 65/2021 assegura que a precificação reflita as reais necessidades da presente contratação e a qualidade dos itens a serem adquiridos.

9.7. A metodologia empregada para a determinação do valor estimado, incluindo a totalidade dos dados coletados, a memória de cálculo para cada item e os elementos de suporte que validam os preços, encontra-se minuciosa e transparentemente discriminada no Relatório Detalhado da Pesquisa de Preços.

9.8. Para a aplicação do Inciso I do Art. 5º da IN 65/2021, a pesquisa iniciou-se com a coleta de preços unitários em bases de dados públicas oficiais do Governo Federal, focando especificamente em aquisições similares homologadas nos últimos doze meses. Após essa coleta, foi calculada a mediana dos valores de cada item. Essa medida de tendência central robusta foi empregada para identificar e excluir automaticamente as cotações que se mostravam substancialmente superiores a esse ponto médio, mitigando o impacto de preços superestimados. Com a amostra depurada, o valor estimado final foi determinado pela média aritmética dos preços remanescentes, assegurando uma base de cálculo equilibrada e representativa.

9.9. Em relação ao Inciso II, a metodologia consistiu na análise aprofundada de resultados de contratações similares promovidas por outras entidades da Administração Pública, quando disponíveis e relevantes. A partir dessas referências, o preço estimado foi apurado mediante a aplicação de métricas estatísticas apropriadas para cada contexto, considerando a dispersão dos dados e a natureza do item, visando a extrair um valor que refletisse a realidade das aquisições já realizadas no setor público para objetos de natureza idêntica ou similar.

9.10. Em síntese, a pesquisa de preços conduzida para esta contratação, que visa aprimorar as condições de trabalho e a eficiência das operações da Seção de Subsistência no Grupamento de Apoio de Lagoa Santa, seguiu um rigoroso processo metodológico, pautado nas normativas vigentes e nas melhores práticas de mercado.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. A licitação em questão será realizada por item, pois os objetos são divisíveis, e cada item corresponde a um produto específico com características técnicas próprias. Essa divisão tem como objetivo garantir maior competitividade e economicidade na contratação, permitindo a ampla participação de licitantes. Embora alguns fornecedores não possuam capacidade para executar a totalidade do objeto, poderão participar com relação a itens ou unidades

autônomas. A aquisição de cada item de forma individual favorece a participação de diferentes fornecedores especializados em cada tipo de produto, evitando a concentração de mercado e possibilitando a obtenção de melhores preços e condições comerciais para cada item, sem prejuízo para o conjunto da solução ou perda da economia de escala.

10.2. O objeto da contratação compreende uma diversidade de itens que variam de pequenos utensílios de copa e cozinha, como colheres, pratos e garfos, a equipamentos industriais de maior vulto e complexidade, como moedores de carne, liquidificadores industriais e processadores de alimentos. Agrupar esses itens tão distintos em lotes ou realizar uma contratação por preço global dificultaria a participação de empresas especializadas em determinados segmentos do mercado, restringindo a competitividade e, conseqüentemente, elevando os custos de aquisição. O parcelamento por item, por sua vez, permite que fornecedores de diferentes portes e especialidades participem da licitação, ofertando seus melhores preços para os produtos em que são mais competitivos.

10.3. O artigo 40 da Lei nº 14.133 em sua alínea b, orienta para o parcelamento das compras efetuadas pela Administração, desde que seja tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

10.3.1. Conforme parágrafo 2º do referido artigo, na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

10.4. Desta forma, optou-se pelo parcelamento do objeto de acordo com suas características de fornecimento, por meio da distinção das unidades de medida usuais do mercado e compatíveis com os produtos a serem ofertados.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não há contratações vigentes que guardem relação ou afinidade com o objeto da contratação pretendida e não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. As contratações públicas no âmbito do COMAER estão reguladas pela Instrução Normativa nº 65 de 07/07/2021 do Ministério da Economia, pelo Manual de Contratações Públicas - MCA 172-4 (módulo 3), que, por sua vez, têm por objetivo estabelecer rotinas e procedimentos a serem adotados nos processos de aquisições da Força Aérea Brasileira como um todo.

12.2. Segundo a Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 11-1, que dispõe sobre a "Sistemática de planejamento e gestão institucional da Aeronáutica", o planejamento institucional da Aeronáutica pode ser classificado em três níveis: Estratégico, Operacional e Tático.

12.3. O planejamento no Nível Tático é focado no detalhamento e na execução das tarefas derivadas dos projetos e atividades dos Planos Setoriais, permitindo a confecção de um Programa de Trabalho Anual (PTA).

12.4. As contratações a serem realizadas pela DOC do Grupamento de Apoio de Lagoa Santa/MG – GAP-LS são previstas no PTA para o ano subsequente, sendo orientadas de forma integrada e articulada com o Manual de Procedimentos das Unidades de Apoio e Apoiadas, MCA 172 4/2020 e com o Plano Setorial (PCA 11 18/2020) para o cumprimento das diretrizes apresentadas na DCA 11 118 /2020 (Diretriz de Planejamento Institucional).

12.5. No âmbito da GUARNAE-LS, para coordenação das compras públicas é confeccionado um Plano de Aquisições e Contratações (PAC) anualmente. Ele contempla, desde o planejamento da demanda, até a ata homologada ou contrato assinado, sendo de competência da UG Apoiadora sua confecção e aprovação. O PAC abrange toda a Guarnição de Lagoa Santa e é coordenado pela Seção de Planejamento (DOC-2) da Divisão de Obtenções e Contratos (DOC).

12.6. De acordo com a ICA 179 1/20, as aquisições e contratações de serviços são mensalmente acompanhadas por meio de reuniões de Prestação de Contas. As reuniões são realizadas com a participação dos gestores e do Comandante do Grupamento. Nelas são apresentadas as contratações planejadas e as executadas no período. Por meio da Previsão Orçamentária de Gastos, do Plano Anual de Contratações (PAC) e do Plano de Obras e Serviços de Engenharia (PPO), previstos nos PTAs, as licitações são administrativamente estruturadas e viabilizadas.

12.7. No PAC, o nível de responsabilidade é definido pelo tipo da demanda. No caso das demandas vegetativas, o GAP-LS confecciona desde a captação da demanda até a homologação do certame. Já nas demandas de interesse exclusivo, cada Organização Militar faz a instrução processual até gerar o Pedido de Aquisição de Material (PAM) e o GAP-LS é responsável pela elaboração do edital até a homologação.

12.8. O PAC é a materialização do planejamento das contratações e é composto por um cronograma com estabelecimento de fases e suas respectivas datas. Ele pode ser dividido em duas grandes fases: planejamento, que envolve a captação da demanda, críticas e correções, e a execução. O início da primeira fase é marcado por briefings direcionados a todos os militares envolvidos com as contratações e neles todo o processo de planejamento e execução é pormenorizado. Cada agente público participante é designado e publicado em boletim. O PAC do ano subsequente é confeccionado de janeiro a novembro do ano anterior, que corresponde à fase de planejamento do Plano e, para sua elaboração, são realizadas reuniões com os Setores de Planejamento das Organizações Militares – OMs envolvidas com o objetivo de atualizar o acompanhamento do Plano de Aquisições em andamento, estabelecer a priorização dos processos, verificar a execução orçamentária e outras instruções ou orientações pertinentes. Conforme definido no PTA 2023, para esta Atividade é utilizado o indicador “I = X/Y”, em que X representa os processos concluídos e Y os processos previstos, além de outros indicadores relevantes para o acompanhamento do Plano.

12.9. A exposição das demandas a serem contratadas no ano subsequente são analisadas e conferidas pela DOC-, como descrição do objeto e quantidades, sendo diagnosticadas possíveis falhas e ações corretivas são tomadas junto às áreas demandantes. A fase de planejamento é finalizada com a definição da demanda por meio dos Termos de Oficialização da Demanda (TOD) no sistema Siloms e os processos têm sua ordem de confecção definida de acordo com a mão de obra disponível e critérios como: vencimento da ata vigente, relevância e necessidade.

12.10. A fase de execução é composta pela confecção dos processos propriamente ditos, conforme ordem definida no Calendário de Licitações, que é aprovado pelo Ordenador de Despesas.

12.11. A partir da publicação do PAC, é feito acompanhamento semanal e, por vezes, diário, do Plano em que vários dados que envolvem as contratações são apurados, como: demora na informação das demandas pelas áreas, risco da não contratação, ata vigente, dificuldades na obtenção de cotações, apontamentos do Controle Interno/CGU, entre outros.

12.12. Os processos com previsão de homologação no ano subsequente são abrangidos pelo PAC, no entanto, ocasionalmente, são incluídas demandas não previstas mediante justificativa apropriada. A DOC-2, Seção de Planejamento da Divisão de Obtenções, realiza detalhados com as OMs Apoiadas em que são dadas orientações sobre briefings o preenchimento dos documentos, sobre estimativa e justificção das demandas, informação da dinâmica por tipo de demanda, definição de prazos para cada área enviar seus Termos de Oficialização da Demanda e são sanadas das dúvidas das áreas demandantes.

12.13. O E-PAG no Siloms contém o registro de todas as evoluções dos processos e seus subprocessos, possibilitando maior transparência aos procedimentos.

12.14. Conforme tabela abaixo, os responsáveis pelas contratações são definidos de acordo com o tipo de demanda:

TIPO DE DEMANDA	RESPONSÁVEL
VEGETATIVA (Essenciais ao funcionamento das UG Apoiadora e Apoiada)	GAP-LS
NÃO VEGETATIVA RECORRENTE (Rotineiras, organizadas e consolidadas pela UG Apoiadora, com o fornecimento de informações por parte das UG Apoiadas)	
INTERESSE EXCLUSIVO (atendem exclusivamente o interesse da UG requisitante)	U G REQUISITANTE

12.15 Após a classificação do tipo de demanda, o planejamento é distribuído em fases e para cada uma delas são estabelecidos os prazos de execução e respectivos responsáveis, conforme abaixo:

FASE	RESPONSÁVEIS
CAPTAÇÃO DA DEMANDA	SETOR DE PLANEJAMENTO DA OM E GESTORES
CRÍTICA GAP-LS	GAP-LS (DOC-2)
CRÍTICA GESTOR/ OM APOIADA	SETOR DE PLANEJAMENTO DA OM E GESTORES
CRIAÇÃO E LIBERAÇÃO DE TOD	GAP-LS (DOC-2)
PREENCHIMENTO TOD	SETOR DE PLANEJAMENTO DA OM E GESTORES
CRÍTICA E APROVAÇÃO DO TOD	GAP-LS (DOC-2)

12.16. A contratação em referência foi prevista com base nas contratações similares realizadas em anos anteriores, na demanda atual apontada pela área envolvida e foi definida no PAC 2025.

12.17. A contratação objeto deste Estudo foi devidamente prevista e sua viabilidade foi analisada na fase de planejamento PAC, passando agora à fase de execução.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. Segundo o inciso X do Artigo 9º da Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022, “resultados pretendidos” diz respeito a “economicidade” e “melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros”, conforme transcrito a seguir: *a) Art. 9º Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados no Sistema ETP Digital os seguintes elementos: (...) X - demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.* O grifo em itálico foi acrescentado ao texto original.

13.2. No Art. 5º da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, o legislador elevou à categoria de princípio o desenvolvimento nacional sustentável, nos seguintes termos: *Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*

13.3. O desenvolvimento nacional sustentável desdobra-se em novos contornos consubstanciados na satisfação de políticas públicas sociais, econômicas e ambientais.

13.4. No caso da contratação ora em análise, é possível vislumbrar a dimensão social e econômica da contratação, exatamente em função de ser um objeto que será adjudicado por item e, por isso mesmo, a competitividade ocorrerá entre as faixas de empresários, provavelmente locais, que teria menor capacidade de concorrer se o objeto fosse adjudicado pelo valor global.

Com base nesses fundamentos, identificam-se ganhos diretos e indiretos decorrentes da presente contratação, conforme segue

13.5. A presente contratação gerará vários ganhos diretos para GUARNAE-LS, tais como:

3.5.1. **Recursos materiais** – A aquisição de equipamentos industriais e de utensílios de cozinha e refeitório garantirá a disponibilidade de itens modernos, duráveis e energeticamente eficientes, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e os custos associados a reparos constantes.

13.5.2. **Recebimento de materiais e equipamentos de qualidade fornecidos por empresas especializadas** – A licitação por itens específicos possibilita que a Administração contrate fornecedores especializados para cada tipo de produto, assegurando que os materiais adquiridos atendam aos mais altos padrões de qualidade e proporcionem maior durabilidade e eficiência em seu uso.

13.5.3. **O cumprimento da missão institucional da SSUB e do GAP-LS será substancialmente fortalecido** - A capacidade de produzir refeições de alta qualidade e com segurança alimentar será otimizada, mitigando os riscos operacionais inerentes ao uso de equipamentos desgastados e obsoletos. A agilidade proporcionada pela Ata de Registro de Preços na reposição de itens essenciais em situações emergenciais garantirá a continuidade ininterrupta dos serviços de subsistência, elemento vital para o bem-estar e a prontidão operacional do efetivo da Guarnição Aeronáutica de Lagoa Santa.

13.6. Além dos ganhos diretos, a contratação permite os seguintes ganhos indiretos:

13.6.1. Efetividade de atuação da Guarnição;

13.6.2. Relação custo X benefício vantajosa para a Administração;

13.6.3. Melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis na Guarnição para suas atividades fins;

13.6.4. Ganhos em termos de economicidade devido à disputa de preços;

13.6.5. Contratação de fornecedor que tenha as condições que satisfaçam as exigências para esse fornecimento;

13.6.6. Desenvolvimento nacional sustentável e melhoria da qualidade dos serviços e produtos entregues à guarnição, com impacto direto na qualidade de vida dos militares e servidores, bem como na eficiência e moral do efetivo.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por militares, equipe de fiscalização ou único militar, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.2. Tendo-se em vista a fiscalização do contrato, será importante que o fiscal/equipe tenha conhecimento do objeto a ser contratado, para atuar na fiscalização da entrega dos produtos de maneira satisfatória, dentro do prazo e com boa qualidade.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 Licitação sustentável é a licitação que integra considerações socioambientais em todas as suas fases, com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente e, via de consequência, aos direitos humanos. (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. 6ª. Ed. DF: 2023).

15.2. O TCU possui acórdão tratando de sustentabilidade nas contratações:

[...] louvável a preocupação dos gestores em contratar empresas que adotem em seus processos produtivos práticas responsáveis ambientalmente. [...] **a adoção dessas restrições ambientais deve se dar paulatinamente, de forma que os agentes do mercado possam se adaptar a essas novas exigências antes delas vigorarem plenamente.** Caso contrário, estar-se-ia criando uma reserva de mercado para as poucas empresas que cumprirem de antemão essas exigências, **implicando violação ao princípio constitucional da livre concorrência, maiores custos e reduzidas ofertas de produtos.** (TCU. PROC. Nº. 003.405 /2010–9. MIN. REL. BENJAMIN ZYMLER. DJ: 24/02/20102).

15.3. Desse modo, são requisitos mínimos para as respectivas aquisições que devem obedecer aos critérios de sustentabilidade:

15.3.1. A empresa deverá possuir a licenças ambientais condizentes com a sua atividade produtiva e estar em dias com as respectivas licenças;

15.3.2. Os produtos devem observar os critérios de sustentabilidade ambiental decorrentes de sua fabricação, nos termos da legislação de regência e suas eventuais alterações;

15.3.3. Os resíduos decorrentes das fabricações dos produtos cotados deverão ter destinação ambiental adequada;

15.3.4 Os equipamentos possam ter destinação ambiental adequada após o final do ciclo de seu funcionamento (tempo de uso);

15.4. As empresas poderão comprovar (por outros meios de prova válidos e regulares admitidos pelo direito) que seus produtos atendem aos requisitos de sustentabilidade ambiental (ACÓRDÃO Nº. 508/2013 – TCU PLENÁRIO; ACÓRDÃO Nº. 2.403 /2012 – TCU – PLENÁRIO e ACÓRDÃO Nº. 1.929/2013 – TCU – PLENÁRIO)

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Com base em todos os elementos colhidos para formação deste Estudo, a Equipe de Planejamento declara que esta contratação é viável, razoável e atende estritamente às necessidades da Administração.

A viabilidade deste processo é declarada com base nos benefícios diretos e indiretos que a Guarnição da Aeronáutica de Lagoa Santa almeja com a contratação em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDERSON MATHEUS NUNES DE PAULA

Presidente da Equipe de Planejamento

MARCELA DUARTE DE SOUZA

Membro da Equipe de Planejamento

ANA PAULA GUIMARAES SILVA

Membro da Equipe de Planejamento

LUCIANA DO AMARAL CORREA

Ordenadora de Despesas

PAMALS;

- 1º Ten QOCON EFI VIVIANE CONCEIÇÃO PAZELI ALVES (Nr Ord6936679) - Coordenadora de Educação Física;

- 2º Ten QOCON PED MILLA GEORDANA CELESTINO FONSECA (Nr Ord 7436190) - Coordenadora Pedagógica;

- 3S R1 PTTC RENATO MIRANDA NEVES (Nr Ord 2546353) - Monitor; e

- S1 QSD SAD ELLYAN VIEIRA ALVES (Nr Ord 7319410) - Monitor.

Esta Portaria entrará em vigor a contar de 22 de janeiro de 2025.

Esta Portaria será publicada no Boletim Interno Ostensivo do GAP-LS.

CLAUDOMIRO FELTRAN JUNIOR Cel Av
Diretor do PAMALS

S1 QSD SAD ELLYAN VIEIRA ALVES 7319410
1T QOCON EFI VIVIANE CONCEIÇÃO PAZELI ALVES 6936679
2T QOCON PED MILLA GEORDANA CELESTINO FONSECA 7436190

e) MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA

PORTARIA GAP-LS Nº 22/ACI-2, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025.
Protocolo COMAER nº 67532.000862/2025-61

A CHEFE DO GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA, no uso das atribuições que lhe confere os itens 2.1, 3.2.7 e 3.2.8 do Manual Eletrônico de Cargos e Funções, Manual "F", do Regulamento de Administração da Aeronáutica (RCA 12-1/2021), aprovado pela Portaria GABAER nº 25/GC3, de 21 de janeiro de 2021, resolve:

Designar os militares abaixo para compor a Equipe de Planejamento de Contratações da Divisão de Obtenção e Contratos - DOC, conforme a Instrução Normativa nº 05/2017:

- 1T QOINT ANDERSON MATHEUS NUNES DE PAULA (Nr. Ord. 6482821) - Presidente;

- CP QOINT GABRIEL PEREIRA DE SOUZA (Nr. Ord. 6253466) - Presidente Substituto;

- 1T QOINT PYTERSON DA SILVA BRANDÃO (Nr. Ord. 6571786) - Membro;

- 1T QOINT RAFAEL CÉSAR DA COSTA (Nr. Ord. 6285228) - Membro;

- SO QSS BMA (PTTC) EULER GOMES COELHO (Nr. Ord. 2338629) - Membro;

- 1S QSS SEL MARCIO WILLIANS OLIVEIRA DE CARVALHO (Nr. Ord. 4314115) - Membro;

- 1S QSS SOB LEANDRO DA SILVA AZEVEDO (Nr. Ord. 4280890) - Membro;

- 2S QTA TCO FABRICIO VIEIRA SILVA (Nr. Ord. 3299481) - Membro;

- 3S QSCON TAD ANA PAULA GUIMARAES SILVA (Nr. Ord. 7498969) - Membro;

- 3S QSCON TAD MARCELA DUARTE DE SOUZA (Nr. Ord. 7585713) - Membro;
- 3S QTA TCO YURI BATISTA DANIEL (Nr. Ord. 6280226) - Membro; e
- 3S QSCON TAD ASSUELEN FERNANDES XAVIER (Nr. Ord. 7672144) - Membro.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria GAP-LS nº 152/ACI-2, de 11 de novembro de 2024, publicada no Boletim Interno Ostensivo nº 219, de 3 de dezembro de 2024.

LUCIANA DO AMARAL CORREA Cel Int
Chefe do GAP-LS

1T QOINT NTE PYTERSON DA SILVA BRANDÃO 6571786
3S QSCON TAD ASSUELEN FERNANDES XAVIER 7672144
1S QSS SEL MÁRCIO WILLIANS OLIVEIRA DE CARVALHO 4314115
2S QTA TCO FABRICIO VIEIRA SILVA 3299481
3S QTA TCO YURI BATISTA DANIEL 6280226
1T QOINT NTE ANDERSON MATHEUS NUNES DE PAULA 6482821
1S QSS SOB LEANDRO DA SILVA AZEVEDO 4280890
3S QSCON TAD MARCELA DUARTE DE SOUZA 7585713
CP QOINT NTE GABRIEL PEREIRA DE SOUZA 6253466
3S QSCON TAD ANA PAULA GUIMARÃES SILVA 7498969
1T QOINT NTE RAFAEL CÉSAR DA COSTA 6285228

f) MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA

PORTARIA GAP-LS Nº 9/DOC-4, DE 10 DE JANEIRO DE 2025.
Protocolo COMAER nº 67532.000227/2025-84

A CHEFE DO GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA, no uso das atribuições que lhe confere os itens 2.1, 3.2.7 e 3.2.8 do Manual Eletrônico de Cargos e Funções do Regulamento de Administração da Aeronáutica (RCA 12-1/2021), aprovado pela Portaria GABAER nº 25/GC3, de 21 de janeiro de 2021, resolve:

Designar os militares abaixo para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato nº 068/GAPLS /2024 - COPASA, pelo prazo final de vigência do contrato:

- 2T QOCON AQV INGRID FERNANDES BRAGANÇA (Nr. Ord. 7657269) - Gestor de Contrato Titular;
- 1T QOCON ADM CAROLINA CASTRO DE PAULA BORGES (Nr. Ord. 6936652) - Gestor de Contrato Substituto;
- CB QCB SOB ENELSON GOMES DE MELO (Nr. Ord. 4354010) - Fiscal Técnico Titular;
- 2S QSS SOB RAFAEL JOSELITO DE MELO (Nr. Ord. 6097111) - Fiscal Técnico Substituto;
- 2S QSS SAD LEONARDO CARUSO CARDOSO (Nr. Ord. 6153356) - Fiscal Setorial Titular;
- 1S QSS SAD LEANDRO MESCOLIN DOS SANTOS (Nr. Ord. 6008437) - Fiscal Setorial Substituto;
- 3S QCB BEP CRISTIANO MOREIRA DA SILVA (Nr. Ord. 4124464) - Fiscal Local Titular;



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ATUALIZADO
Data/Hora de Criação:	09/10/2025 18:25:13
Páginas do Documento:	11
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	12
Hash MD5:	a1794e2344078e51a4e52b62025ab66e
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento MARCELA DUARTE DE SOUZA no dia 10/10/2025 às 08:49:27 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento ANA PAULA GUIMARÃES SILVA no dia 10/10/2025 às 08:50:48 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten ANDERSON MATHEUS NUNES DE PAULA no dia 13/10/2025 às 09:36:32 no horário oficial de Brasília.